CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1

2 ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA 3 MULHER (CNDM). Nos dias vinte e vinte um de maio de dois mil e quatorze realizou-se 4 a décima sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). na Sala de Reunião do Hotel Grand Bittar SHS Quadra 05 - Bloco "A" Asa Sul Brasília/DF, 5 6 com os seguintes pontos de pauta: Dia 20/05 - Resultado do Processo Eleitoral para o 7 CNDM I. Referendo sobre a decisão do desempate das Entidades: Movimento Articulado 8 de Mulheres da Amazônia/MAMA e Associação Brasileira de Mulheres de Carreira 9 Jurídica/ABMCJ, ambas receberam 24 votos; II. Posse das Conselheiras (Mandato 2014-10 2017): III. Recondução das Conselheiras de Notório Conhecimento das Questões de Gênero: Maria Betânia Ávila/SOS Corpo e Jacqueline Pitanguy/CEPIA, e substituição 11 12 da Conselheira Aparecida Sueli Carneiro; IV Rodada de apresentação das Conselheiras 13 Governamentais e da Sociedade Civil; V. Informe sobre o Prêmio "Feministas Históricas". VI. Justificativa das ausências das Conselheiras e Aprovação da Ata da 15ª Reunião 14 15 Ordinária do CNDM. Dia 21/05: I. Reabertura dos trabalhos e informes gerais – Ministra Eleonora, II. Formação das Câmaras Técnicas (de Legislação e Normas; de Assuntos 16 Internacionais; de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento) III. 17 Indicação de três Conselheiras da Sociedade Civil (titulares e suplentes) para representar 18 19 o CNDM no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e proposta que integrantes 20 da Sociedade Civil da CT de Monitoramento do PNPM representem o CNDM no Conselho 21 do Observatório, IV. Informes das Secretárias Vera Soares (SAIAT), Tatau Godinho (SAE) e Aparecida Gonçalves (SEV) e da Assessora Especial para Políticas das Mulheres do 22 23 Campo e da Floresta - Raimunda de Mascena. Presença das Conselheiras Governamentais: Ministra e Presidenta do CNDM Eleonora Menicucci; Lourdes Maria 24 25 Bandeira – Secretária Executiva/SPM Maria Gutenara Martins Araujo/titular-SDH Fernanda Papa/titular-SG/PR; Daniele Kleiner Fontes/Suplente-Casa Civil/PR; 26 Elizângela Costa Bezerra/suplente-MDA; Teresa Sacchet/titular-MDS; Daiane de 27 28 Oliveira Lopes Andrade/suplente-MEC; Fernanda Alves dos Anjos/titular-MJ; Regina 29 Elena Crespo Gualda/titular-MMA; Maria do Rosário H. C. Cardoso/titular-MPOG; Marta Santo Cruz Pordeus/suplente-MPOG; Maria Esther de A. Vilela/Titular-MS; 30 Thereza de Lamare F. Neto/Suplente-MS; Alexandre P. Ghisleni/titular-MRE; Laura B. 31 Santos Delamonica/suplente-MRE; Adriana Rosa dos Santos/Titular-MTE; Esther 32 Baltazar Alvim/suplente-MTE. Presença das Conselheiras Titulares da Sociedade 33 Civil: Maria Aparecida Schumaher/AMB; Maria das Dores do Rosário/AMNB; Lídia 34 35 Correa/CMB; Jeanete Assad Mazzieiro/FMM; Silvana Veríssimo/FNMN; Lourdes 36 Andrades Simões/MMM: Maria Antonia Soares Salgado/MAMA: Justina Inês 37 Cima/MMC; Cristiane Yukiko Kondo/Parto do principio; Rachel Moreno/Rede Mulher e Mídia; Sheila Sabag/RNFS; Lucia Helena Rincon/UBM; Ivânia Pereira da Silva 38 39 Teles/CTB; Isis Tavares Neves/CNTE; Alessandra da Costa Lunas/CONTAG; Sueli 40 Maria de Fátima/FENATRAD; Lays Gonçalves da Silva/UNE; Sonia Zerino/CNTI; 41 Conselheiras Suplentes da Sociedade Civil: Renata Shmidt Cardoso/ABMCJ; 42 Karoline Soares Chaves/ABL. E Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de 43 Gênero: Jacqueline Pitanguy. Estiveram também presentes: Linda Goulart – Chefe de 44 Gabinete/SPM; Glaucia de Fátima Morelli/CMB; Maria das Graças Costa/MAMA; Maria 45 Araújo/RNFS: Cláudia Rejane Prates/MMM; Erilda Balduino 46 Sousa/Presidenta da ABMCJ; Marinha Raup/Deputada Federal; Emília Fernandes/1ª 47 Ministra da SPM e Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL; Secretária Tatau 48 Godinho/SAE; Secretária Vera Soares/SAIAT; Secretária Aparecida Gonçalves/SEV Secretária Adjunta Rosangela Rigo/SEV; Beatriz Gregory/SAE; Raimunda de 49 50 Mascena/Assessora Especial/SPM; Rosa Maria Marinho/Assessora do Gabinete/SPM;

Regina Adami/Assessora Parlamentar/SPM: Marise Noqueira/Assessora Internacional/SPM; Maria de Lourdes Rodrigues/SAIAT/SPM; Flavia R. Sigueira/SAE/SPM; Renata Veiga/Eventos/SPM; Jone/Ouvidora/SPM; Sales/eventos/SPM; Rosemberg Camila Firmino/Assessora da Secretária Executiva/SPM, Priscila Dias/SAE/SPM; Cilene Pinheiro/ASCOM/SPM; Raquel Lasalvia ASCOM/SPM; Simone Schaffer/SAE/SPM; Daiane Lima/Comunicação/CTB; Maria Júlia Martins/SAE/SPM: Ana Julieta T. Cleaver/Observatório/SPM: Catarina do Corrêa/PR: Mariza Monteiro Borges/Presidenta CFP. André Martins/Comunicação/CFP; Adriana Queiroz/CFP; lara Cordeiro/Assessora da Dep. Érika Kokay; Rosa de Lourdes/Coordenadora-Geral do CNDM e Regiane Dutra/Assistente Administrativa.). E justificou as seguintes ausências: Clélia Brandão Alvarenga/MEC, Fernanda Gomes Pedrosa/MCT. E das ex-conselheiras da sociedade civil: Glória Percinoto/ABMCJ e Vera Machado/REF e das do atual mandato: Simone Diniz/ABRASCO, Chopelly P. dos Santos/ANTRA, Eunice A. da Cruz/BPW, Madge Porto Cruz/CFP, Rosana da Silva/CUT, Rosemeire Maria V. Teles/UMIAB, Sarah de S. Moreira/REF, Silvana Brazeiro Conti/LBL, Maria Ávila/Conselheira de Notório Conhecimento e Clara Charf/Conselheira Emérita. A Ministra Eleonora iniciou a reunião expressando seu contentamento pelo grande significado que a data representa: a despedida de algumas conselheiras e a entrada das novas, resultado do processo eleitoral para o mandato (2014-2017). Antes de entrar no primeiro ponto de pauta, solicitou permissão do pleno para apresentar duas notas de repúdio para avaliação e aprovação de assinatura do CNDM. A primeira nota, de autoria da SPM e do Ministério das Relações Exteriores, é em decorrência do sequestro das duzentas meninas nigerianas e a segunda, de iniciativa da SPM, é devido ao assassinato de Loane Maranhão Silva Thé, escrivã da polícia civil, ocorrido no dia 15/maio em uma Delegacia da Mulher, em Caxias (MA). Após discussão e esclarecimentos, as notas foram aprovadas por unanimidade e imediatamente repassadas à ASCON/SPM para divulgação (anexos nº 01 e 02). Em seguida, informou sobre o levantamento feito pela secretaria do CNDM das reuniões realizadas no período de 2003 a 2014. Segundo Rosa de Lourdes, constam nos arquivos 39 atas de reuniões ordinárias e duas extraordinárias tendo ocorrido, portanto, um descompasso na contagem numérica. Portanto, esta não seria a 16^a reunião. Deliberou-se pela recontagem das atas para assegurar a numeração correta e, caso a informação se confirme que seja corrigida. Aproveitou também para Informar que a partir da próxima reunião não haveria mais gravação/degravação das reuniões, pois a Secretária Executiva Lourdes Bandeira disponibilizará duas assessoras de sua equipe para elaborar as atas em tempo real, a exemplo do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Entrando na pauta, anunciou a nova composição do CNDM (Mandato 2014-2017), conforme anexo nº 03. E informou que, tendo em vista o resultado de empate entre as entidades Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia/MAMA e Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica/ABMCJ - ambas receberam 24 votos - resolveu deixar para o Pleno a decisão do desempate. Nesse sentido, cada uma das delegadas fará a sua defesa. Antes, porém, solicitou à Linda Goulart/Chefe de Gabinete, que coordenou o processo eleitoral, para informar sobre o encaminhamento dado pela Comissão de Validação e Eleitoral pós-resultado da votação. Linda informou que, diante do empate, as integrantes da Comissão decidiram pela titularidade de uma delas considerando uma série de critérios que não convinha expor para não influenciar na decisão do Pleno, uma vez que a ministra decidiu por outro encaminhamento devido a alguns questionamentos de que tomou conhecimento quando da divulgação na lista das conselheiras e veiculação no portal da SPM. E concluiu dizendo: só queria fazer esse esclarecimento porque já tínhamos divulgado a lista das eleitas (titulares e suplentes). Em seguida, a ministra abriu para as defesas. Delegada Maria das Graças Costa/MAMA sou conselheira e quero dizer que a presença do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia neste Conselho se pautou por, pelo menos, dois tipos de compromissos: o primeiro foi trazer ao CNDM a referência da nossa regionalidade. De ter uma articulação de movimentos que vêm de uma determinada região do Brasil e que tem estado no

51

52

53

54

55

56 57

58

59

60

61

62

63

64

65 66

67

68

69

70

71 72

73 74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

centro do debate do que é o Brasil, do que é o desenvolvimento do Brasil, do que é o desenvolvimento na Amazônia. O segundo, é o compromisso com o feminismo, com um projeto para a sociedade com presença de princípios que o feminismo defende. Nós buscamos trazer a referência da caminhada feminista, dialogando e conjugando os esforços das organizações feministas para fortalecer a plataforma feminista brasileira, construída pelas mulheres ao longo da nossa história nos embates com o patriarcado, com o preconceito, com o machismo, com o racismo enfim e, ao mesmo tempo, fortalecer o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.. Aqui me posicionei a partir desses compromissos. Portanto, permanecer na titularidade neste Conselho é referendar e continuar afirmando esses compromissos. Com essa regionalidade, com a Amazônia, com o feminismo, com o PNPM que traz também a força das características dessas identidades e do que são as mulheres na nossa região, amazônicas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, e trabalhadoras rurais e urbanas, Enfim, é o fortalecimento da agenda feminista do PNPM. Em nome do MAMA, agradecemos os votos recebidos e nos colocamos à disposição também do referendo que seja o resultado dessa votação. E agradecemos, desde logo, a nossa participação neste Conselho. Na sequência Herilda Balduino/Delegada da ABMCJ, iniciou a defesa de sua entidade enfatizando que as entidades empatadas são de extrema importância para o Conselho, assim se referindo: todas nós lutamos muito pelas causas das mulheres, cada qual na sua condição, dentro das suas possibilidades. Tive o prazer e a honra de trabalhar por mais de 40 anos pela conquista da democracia no país, pelo direito de todas as pessoas se manifestarem, de gozarem dos direitos políticos, de votar e ser votadas. Acompanhamos por muito tempo a luta pela emancipação das mulheres e pela eliminação de todas as formas de discriminação. Nosso compromisso vai muito além de formação de Conselhos. Há o compromisso patriótico e que queremos preservar que é a independência do nosso Conselho. O impasse do resultado do processo eleitoral que me trouxe aqui foi apenas por conta do problema da comissão eleitoral que não especificou, no edital, critérios para o desempate. A ABMCJ tem o dever e o direito de reivindicar que se fizesse uma forma de desempate para a definição da titularidade e da primeira suplência na composição desse novo mandato". Comentou que as posições não são mais ou menos importantes. Citou que foi presidenta do CNDM em um período de transição e de dificuldades e informou que a ABMCJ é formada por um conjunto de advogadas, de magistradas, de promotoras, de delegadas, professoras de direito, todas possuidoras de muita garra e que, como organização, tem a liberdade de ser diferente para trabalhar suas questões. Essa Associação existe há 25 anos e é conhecida em todas as regiões do país. Tem conquistado vitórias e levantado bandeira pela independência da mulher. E enfatizou: "nós temos uma importância muito grande neste Conselho, por ter uma representação junto a instâncias muito importantes do Brasil, e, politicamente, junto ao judiciário. Peço o voto de todas, para que figuemos no último lugar da lista da titularidade, ou no primeiro, da suplência. Para mim é igual ao primeiro, o importante é que saiamos daqui com essa situação resolvida e, juntas, trabalhemos nas questões que o Conselho necessite". E continuou: "a ABMCJ faz parte de uma Federação Internacional para a América Latina e Caribe que existe na Europa e nos EEUU há 80 anos, e sou a vice presidenta, uma distinção para o Brasil. Temos excelentes companheiras na África, de língua portuguesa, pelas quais temos o maior respeito porque elas estão muito adiantadas nas questões femininas. Senhora ministra, agradeço a tolerância em me ouvir, mas eu sou política", e dirigindo-se ao plenário disse: "espero os votos de vocês". Nós queremos estar aqui para darmos um ponto colorido; para marcarmos a feição jurídica institucional no CNDM". Ao término das duas defesas, a Ministra Eleonora elencou as delegadas das entidades habilitadas/conselheiras presentes para votarem e abriu para intervenções. Algumas conselheiras levantaram dúvidas, outras apresentaram propostas de encaminhamento. Ao final das intervenções e dirimidas as dúvidas, a Ministra Eleonora definiu o critério para a votação, nos seguintes termos: "as entidades habilitadas que foram eleitas e estão presentes votam". Com esse entendimento as conselheiras receberam uma cédula para votarem. Ao final, os votos foram contados e o resultado apontou a titularidade para o

106

107

108 109

110

111

112113

114

115

116

117

118

119

120

121 122

123

124

125

126 127

128 129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152153

154

155

156

157 158

159

MAMA (17 votos) e a primeira suplência para a ABMCJ (04 votos). A Ministra Eleonora aproveitou para anunciar e agradecer a presença da Deputada Federal Mariinha Ralp e da ex Ministra Emília Fernandes/Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL. Herilda Balduino/Delegada da ABMCJ após o resultado da contagem dos votos questionou o número das votantes. A ministra então solicitou que todas que votaram levantassem as mãos para contagem, o que foi feito sem alteração no resultado anunciado. Finalizou esse ponto de pauta agradecendo às representantes das duas entidades pelas defesas feitas e pelas contribuições que continuarão a prestar ao Conselho independentemente do lugar que passaram a ocupar na sua composição. E, tendo em vista a necessidade de completar a composição do CNDM no que se referia às representantes de notório conhecimento das questões de gênero indicou a recondução das então conselheiras, Maria Betânia de Ávila e Jacqueline Pitanguy, deixando a critério do Pleno a indicação da substituta da conselheira Aparecida Sueli Carneiro que solicitou afastamento por indisponibilidade de tempo. Informou que Sueli agradeceu a indicação do seu nome, mas que se encontrava impossibilitada de continuar participando, entretanto, continuaria a dar todo apoio ao CNDM. Em relação à recondução das duas conselheiras argumentou: chamei para mim a responsabilidade de indicar Betânia e Jacqueline por se tratar de duas personalidades importantes na luta do movimento de mulheres e porque ambas têm dado contribuições fundamentais ao Conselho. Nas conferências internacionais em que estiveram presentes se revelaram absolutamente comprometidas com o CNDM. No caso específico de Jacqueline, por ser a titular que representa o CNDM na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento/CNPD, esse é mais um motivo para a sua recondução para não haver solução de continuidade nessa representação. E, no caso de Betânia, sem dúvida nenhuma, porque ela teve, tem e acredito que terá, um papel de destaque determinante neste Conselho. Elas foram previamente consultadas e informaram que aceitariam a recondução. Com esta indicação, não quero que vocês em hipótese alguma a vejam como imposição. A outra vaga vocês definirão, a SPM apoiará a decisão. Agora abro para a discussão e posterior indicação e votação da substituição de Sueli. Maria José Araújo/RNFS - queria dizer que concordo totalmente que Betânia e Jacqueline continuem como conselheiras de notório conhecimento das questões de gênero. Elas têm tido um papel muito importante no Conselho. Na Conferência do Uruguai a presença de Jaqueline foi superimportante. O seu protagonismo indica que ela pode contribuir e pode fazer avançar a luta pelos direitos das mulheres. E, por todas as razões colocadas pela ministra, também sou totalmente favorável a que Betânia seja reconduzida. Maria Aparecida Schumaher/AMB - só quero também expressar o meu total e absoluto apoio à recondução dessas duas personalidades feministas, históricas, comprometidas. E acho que, pelo menos para as mulheres que acompanham o feminismo nesse país, a atuação delas é uma unanimidade e sua presença só enriquece este Conselho. Então, todo apoio da AMB. Alexandre Ghisleni/titular-MRE - obrigado ministra, pedi a palavra simplesmente para apoiar a sua indicação. Tive a oportunidade de trabalhar com a Dra. Jacqueline em mais de uma ocasião e posso dar testemunho da contribuição que ela deu para o avanço da causa feminista no Brasil e para os países da Região. Portanto, é uma grande vantagem poder contar com o trabalho dela neste Conselho. A Ministra Eleonora colocou em votação a sua indicação e as duas foram reeleitas por aclamação. Em seguida, em nome da SPM, agradeceu a confirmação dessa recondução e deu a palavra às conselheiras para indicação da outra vaga. Justina Cimas/MMC solicitou ao conselho um prazo maior para indicação dos nomes para que não houvesse uma escolha precipitada. Rachel Moreno/RMM indicou o nome Matilde Ribeiro, esclarecendo que, em termos de atuação na luta das mulheres ela possui requisitos parecidos com as duas que acabaram de ser reconduzidas. Lúcia Rincon/UBM indicou Mary Castro, dizendo ser um nome que merece todo nosso respeito e que também traria grandes contribuições ao Conselho e à luta das mulheres no Brasil. Fernanda Papa/SG-PR apoiou a indicação de Matilde Ribeiro, pela sua trajetória como assistente social e também como militante de esquerda na luta pelas causas das mulheres, particularmente das mulheres negras.

161

162

163

164 165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180 181

182

183 184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

Jeanete Mazzieiro/FMM também apoiou a indicação de Matilde pelo trabalho que fez em prol das mulheres. Maria das Dores do Rosário/AMNB referendou a proposta de Justina, reconhecendo que as mulheres indicadas realmente contribuíram muito com a luta das mulheres, mas sugeriu que a votação fosse online como feito no último processo para que houvesse tempo de se conhecer melhor as candidatas. A ministra Eleonora discordou dessa sugestão, dizendo: nós que estamos no governo temos muita pressa em recompor os conselhos por causa do processo eleitoral que se inicia no Brasil e que nos impede de qualquer atividade que não esteja de acordo com as normas eleitorais. Sugeriu que, a partir dos nomes citados, fosse feita a votação durante a reunião do CNDM, pois era preciso fechar a composição para publicação no D.O.U. de acordo com o Regimento Interno. A indicação ficou para se definir no dia seguinte. Em seguida, a Ministra Eleonora passou à apresentação das conselheiras empossadas (anexo nº 04. Em seguida pôs para aprovação a Ata da 15ª Reunião Ordinária. Lucia Rincon/UBM apontou uma correção em sua fala especificada na página 17. Foi-lhe solicitado que redigisse o texto e o entregasse à Rosa de Lourdes para providenciar a correção. Sem outras observações, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência a ministra passou a palavra para a Secretária Executiva para informar sobre o Edital do Prêmio "Feministas Históricas", Lourdes Bandeira, após cumprimentar e desejar sucesso às integrantes da nova gestão do CNDM, salientou que a SPM conta com a colaboração de todas como já vem acontecendo. Informou que esse Prêmio foi pensado pela ministra para contemplar mulheres feministas que têm trajetória na luta pelos direitos das mulheres, não necessariamente vinculadas à academia, mas aos movimentos sociais, sindicatos e/ou, partidos políticos. "Estabelecemos que essa premiação se destinava a mulheres que já estivessem no final de sua carreira feminista, com idade de 75 anos ou mais e que tenham atuado em qualquer área acadêmica, política ou social na luta pela emancipação e pela cidadania das mulheres, independentemente de sua origem. Serão contempladas seis mulheres com a importância de R\$ 50.000,00. Inicialmente foi pensado em conceder uma bolsa, mas nem o Cnpq nem a CAPES poderiam criar essa modalidade, aliás a CAPES se retirou da parceria, ficando apenas a SPM e o CNPQ que dividirão o prêmio. Provavelmente o Edital estará pronto na próxima semana, a demora se deu porque precisou passar pelo setor jurídico. A notícia do lancamento será veiculada no site da SPM. No período em que o edital estiver aberto, receberemos as comprovações, não só relacionada a idade, mas também uma pequena memória das candidatas ao prêmio que devem ser enviadas pelo correio para apreciação e julgamento de uma Comissão composta por representantes do CNDM, do Cnpq, do Conselho Nacional de Pesquisas e da SPM. A premiação se dará depois das eleições, em uma cerimônia dirigida pela Ministra, pelo Presidente do Cnpq. Solicitamos que vocês, em cada espaço que atuem, levem esta informação e a veiculem nas suas listas para que um maior número de mulheres concorra ao prêmio". Dando sequência à reunião, a Ministra Eleonora solicitou que as/os integrantes da SPM se apresentassem, bem como as conselheiras que ainda não o fizeram. Em seguida informou sobre a Campanha "Violência Contra Mulher Eu Ligo", a ser lançada no dia 22/05, na SPM. Alegou se tratar de uma Campanha que conta, inclusive, com a participação gratuita das atrizes Luana Piovani e Sheron Menezes. Uma iniciativa da SPM, em parceria com os Ministérios das Cidades e do Turismo e, que, no seu lançamento além da presença dos três Ministérios, contará também com a presença da SECOM e da ONU Mulheres, e no final terá uma coletiva com a imprensa. Informou que também será lançado, em parceria com a ONU Mulheres, um aplicativo para smartphone, que é "Ligue 180" e que qualquer pessoa pode, gratuitamente, baixá-lo no seu celular. O aplicativo tem instruções sobre a Lei Maria da Penha e definições objetivas do que é violência contra a mulher, além de indicar localizações do servicos de atendimento mais próximo da pessoa que o acessar. A ligação é gratuita e direta e conta com 180 frases. Esclareceu que o objetivo da Campanha, é mostrar a existência de uma política pública voltada para combater a violência contra as mulheres. Informou sobre o aplicativo "Proteja Brasil – Faça Bonito", através do qual qualquer pessoa, do seu celular, poderá denunciar violações de direitos das crianças e adolescentes. Foi lançado na

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251 252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266 267

268

269

Arena Corinthians e contou com as presencas da Ministra Ideli/SDH e da apresentadora Xuxa Meneghel. Também Informou que, no dia 21/05, o "Siga Bem Caminhoneiros Criança" passará na Esplanada, com a presença de Sérgio Reis e de Xuxa, realizando a campanha contra violência contra as crianças. Comentou sobre a Campanha Contra o Racismo que conta com o grande empenho da Presidenta Dilma, e sobre a das mulheres, conduzida pela jogadora de futebol Marta chamando para a Copa. Finalizou alegando que as campanhas estão muito bem articuladas e são superinteressantes. Lucia Rincon/UBM informou que postou na lista do CNDM a denúncia e o pedido de apoio a uma ação contra um *outdoor* exposto no interior de São Paulo, sugerindo uma violência sexual: exploração sexual de crianças. E, aproveitando uma fala de Rachel Moreno/Rede Mulher e Mídia, sobre a questão da mídia, apontou essa exposição como um exemplo concreto de abuso dos meios de comunicação. Solicitou o apoio das conselheiras para, através de suas entidades, engrossassem a lista de pedido de sua retirada. A SPM soltou uma nota de repúdio, encaminhou à ouvidoria que tomou todas as providências. O pedido é que as entidades reforcem a denúncia e ajudem a inibir outras exibições como esta do outdoor. Ministra Eleonora informou que a respeito desse assunto, já discutiu com Denise Motta Dau, Secretária de Políticas para as Mulheres do Município de São Paulo que fará uma nota institucional exigindo a retirada do outdoor. Esclareceu ter achado melhor que ela tomasse as providências, uma vez que o fato é do Estado de São Paulo. Disse ter assumido o compromisso de replicar a nota no site da SPM e divulgá-la na imprensa, o que foi feito e o outdoor foi retirado. Outra ação da SPM foi em relação ao caso da bandeirinha Fernanda que em um jogo do Cruzeiro errou numa marcação, o que fez com que o diretor do Cruzeiro tivesse uma das atitudes mais machistas e mais vergonhosas dizendo "tão bonitinha que ela é, devia estar posando nua na playboy". "Fizemos uma nota de repúdio e eu pedi uma retratação dele. Ele ligou para mim se retratando. O assunto foi veiculado no Fantástico e ele pediu desculpas a ela. Mas uma vez feito, feito está. Então, neste aspecto quero dizer que tenho muito orgulho de estar ministra neste momento, neste governo Dilma, que está empenhada e determinada não só com a tolerância zero a todas as formas de preconceitos, mas em combater, sobretudo nos grandes eventos, o racismo e a violência contra meninas e mulheres". Aproveitando, informou que na semana anterior pela primeira vez na história deste país, plagiando o ex presidente Lula, realizou-se um evento no salão principal do Planalto sobre o trabalho decente. E lembrou que nunca se fez um comitê do trabalho decente liderado pelo Ministério do Trabalho, o Ministro Manoel Dias, composto pela SPM, representada por Tatau Godinho e mais 17 ministérios que elaboraram um Estatuto do Trabalho Decente e fizeram uma campanha linda que está no ar dizendo que trabalho decente é contra qualquer tipo de discriminação, é ter carteira assinada e direitos garantidos. O acordo dos termos do trabalho decente foi assinado junto com a OIT, Laís Abramo participou do evento referendando essa ação do Governo. Cristiane Kondo/Parto do Princípio, pediu a palavra para relatar um atendimento feito pelo Disque 180. Disse que algumas vezes ligou de sua casa para falar da violência que sofreu durante seu parto, "uma violência extremamente naturalizada, as pessoas acham que isso não é violência, que é assim mesmo, inclusive as atendentes do 180 que trataram "mas como assim? Isso aconteceu onde minha senhora, dentro de sua casa? Ah, porque a gente só vai registrar aqui se foi dentro da sua casa, a gente só trabalha com violência doméstica". E aí, uma das atendentes até falou assim: a senhora se sentiu então agredida; ah então a senhora pode procurar o hospital onde foi atendida. Ai eu tive que respirar e falei assim: deixa eu te perguntar, você está me dizendo então pra eu ir lá e reclamar com meu agressor? Ao final do relato a Ministra Eleonora informou que esse assunto deve ser dirigido às duas ouvidorias: da SPM e do Ministério da Saúde. E orientou para que fizesse uma representação ou enviasse uma carta. "E para nós, é importante que você também envie por causa do 180 para melhorá-lo e qualificá-lo. Rachel Moreno/Rede Mulher e Mídia -"a FIFA está contratando entre aspas um monte de voluntários, que têm jornada de trabalho e lanche. Eu quero saber se essa questão de emprego decente vai pegar, porque as pessoas vão enfrentar um trabalho duro, de muito tempo e absolutamente de graça,

271

272

273

274275

276 277

278

279

280

281 282

283

284

285

286

287

288

289

290

291 292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306 307

308 309

310

311

312

313

314

315

316

317 318

319

320

321 322

323

324

em troca de um lanche. Acho que seria legal se pensar nessa questão. A questão é essa coisa "eu ligo", com certeza vai ter um grande sucesso. Do jeito que a Ministra apresentou é fantástico e a vamos divulgar ainda mais. Isso significa que provavelmente teremos uma série de registros de casos de denúncias. Nós estamos em guerra com a mídia, ela vai dizer: aumentou a violência no país. Então, a minha pergunta é se junto com isso terá um acompanhamento do atendimento, de modo a, no momento oportuno, poder divulgar também o resultado do atendimento que em alguns lugares mostre que iunto com o "eu ligo" tem também, eu atendo, eu acolho. Senão o tiro sai pelo pé". Ministra Eleonora: "olha, Raquel, em hipótese alguma o tiro sai pelo pé, porque a primeira coisa é as mulheres terem a coragem de ligar, se elas já o fazem, já é um passo que estamos dando de muito avanco na luta contra a violência contra as mulheres. A segunda, é elas perceberem que tem atendimento e acolhimento. A transformação do lique em disque é para isso, porque com o disque o atendimento é rápido; imediatamente o caso é passado para os órgãos de segurança pública da cidade da mulher, o BO é providenciado e o caso se transforma em processo. Do ponto de vista do nosso serviço, contratamos mais 50 atendentes, que foram treinadas e especializadas em vários idiomas para atender com mais qualidade, claro que haverá falhas, isso não tenho a menor dúvida. Esse serviço é reconhecido e é um grande avanço". Cláudia Prates/MMM disse ter solicitado a fala para se despedir e dizer o quanto foi importante para o seu aprendizado toda a generosidade de escuta e do compartilhamento do espaço. E concluiu dizendo: "para nós, da Marcha Mundial de Mulheres, é superimportante estar neste Conselho, tratando de forma conjunta, de forma democrática, de forma madura, as questões relativas ao tema das mulheres. A nossa responsabilidade é muito grande. Então, eu gostaria de mais uma vez agradecer, dizer que saio daqui emocionada de saber que eu não volto mais para este espaco, mas me coloco à disposição sempre que precisarem, tanto no Rio Grande do Sul quanto se precisarem aqui de poder contribuir com o meu trabalho. Saúdo as novas que chegam e quero dizer que esse trabalho é muito bacana, trabalhem juntas que sempre dará certo". Ministra Eleonora: "aproveitando a fala da Cláudia, quero agradecer a todas que estiveram no Conselho e dizer que foi importantíssima a presença de vocês aqui, a participação de vocês enriqueceu e contribuiu muito para melhorar e qualificar a gestão da SPM junto às políticas transversais do governo federal". Emília Fernandes/Ex-ministra da SPM e presidenta do Fórum de Mulheres MERCOSUL/FMM – "não posso sair desta reunião sem cumprimentar diretamente a nossa ministra. Tive a honra de ser a primeira ministra da SPM, começamos engatinhando, mas temos certeza que deixamos boas sementes, porque estão aí os planos nacional resultados das conferências de política para as mulheres; o próprio Ligue 180, que nós começamos com 0800 e agora com um avanço maior transformado no Disque 180. A ouvidoria da mulher, que pegamos juntas e está aqui Jeanete que foi parceira na SPM no nosso mandato. Estou aqui e fiz questão de vir, mesmo com outros compromissos, para trazer um abraço para a nossa integrante do FMM que é de Minas Gerais e eu do Rio Grande do Sul, portanto, nós nos comunicamos virtualmente. E abraçar todas as pessoas que estão integrando o CNDM. Só queria reafirmar o que a Jeanete já falou, a nossa pauta deste ano é a de maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, principalmente na política. Tenho certeza que todas as inspirações que cada entidade passar para a nossa entidade através da Jeanete repercutirá em nós e será energia na nossa caminhada". Alessandra Lunas/CONTAG queria só aproveitar a oportunidade para informar que estamos em negociação do Grito da Terra Brasil, é o nosso 20º Grito da Terra. Estamos em processo de conclusão inclusive com uma possibilidade de agenda para amanhã com a presidenta Dilma. E já justificar minha ausência no período da manhã, pois tenho ainda que participar de outras duas negociações com o Ministro Gilberto Carvalho e com a Ministra Tereza Campelo. A

326

327

328 329

330

331

332

333 334

335

336 337

338

339

340 341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353 354

355

356

357 358

359

360

361 362

363

364

365 366

367 368

369

370

371

372

373

374

375

Ministra Eleonora deu por encerrada o primeiro dia da reunião. No dia 21/05, a Ministra Eleonora reabriu a reunião retomando os informes sobre a participação da SPM, com representação do CNDM em duas reuniões internacionais. Informou que a delegação brasileira nas duas reuniões da CSW (em março) e da CNPD (em abril) bem representativa, não só da sociedade civil, como do governo e do parlamento. As reuniões ocorreram em um contexto político internacional muito complicado e muito difícil. "Nós temos cinco blocos internacionais. Na reunião da CSW, das delegações da América do Sul e América Latina, os temas mais polêmicos foram puxados pelo Brasil e também pelo Uruguai. Mas, na da CNPD o Uruguai ficou muito acuado e foi o Brasil que teve uma voz mais ativa. A questão dos direitos reprodutivos não foi colocada, e sim, saúde sexual e reprodutiva. Uma coisa que ocorreu na reunião da CNPD e que esqueci de mencionar foi com relação ao Leste Europeu, liderado pela Rússia absolutamente atrasado. Havia um explícito descompasso entre o que os representantes falavam no plenário e o que os negociadores falavam na mesa de negociação. Então, ora era mais avançado na mesa de negociação, ora no plenário. Há uma conjuntura internacional que dificulta muito a negociação no âmbito multilateral. Considero fundamental trazer esse contexto para se entender a os motivos dos documentos não serem avançados naquilo que tanto gostaríamos que fossem. O detalhamento da reunião da CSW passo para Lourdes Bandeira, porque foi ela quem representou a SPM, coordenou a delegação brasileira e teve participação ativa. Lourdes Bandeira - estive na CSW e fui acompanhada pela diplomata Marise Nogueira, que é a nossa assessora internacional. Tivemos outras pessoas na delegação da sociedade civil. A reunião realizou-se no início de março; ficamos lá quatro dias. O tema dessa 58ª reunião da CSW foi sobre os objetivos do milênio, em que os países se manifestariam em relação aos avanços obtidos em relação aos dez objetivos do milênio. Nós tivemos ao todo, entre apresentações e audiências paralelas, onze atividades. O primeiro grupo de atividades foi apresentar à assembleia geral os nossos avancos em relação aos objetivos do milênio. Como a Ministra bem colocou, o contexto é de profundo conservadorismo e só Brasil, Argentina e Uruquai se destacaram defendendo posições avançadas não só em relação às questões dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, mas, também em relação aos programas de prevenção à transmissão do HIV/AIDS, ao ponto que quando fizemos exposição dos nossos avanços na área da saúde, colocando a importância do SUS e de como as pessoas portadoras das DSTs eram atendidas houve intervenção chocante: "quero ter informações sobre a esterilização que o Brasil faz nos homossexuais". Nesse momento, fiquei tão incomodada que fui falando em português e eles entenderam porque vi a reação, isso para mostrar-lhes como circulam algumas informações em relação ao Brasil, sobretudo em relação a questões relacionadas à saúde ainda bastante precárias. O que foi muito bem recebido foi quando fizemos a apresentação do nosso PNPM. Nas audiências paralelas o Brasil se torna paradigmático em relação ao enfrentamento dos problemas sociais. Países da África e de outras regiões do centro da Europa querem firmar compromisso de cooperação internacional com programas sociais do governo brasileiro, dos quais a SPM participa como parceira. A demanda em relação à SPM foi surpreendente, sobretudo com relação à política de combate à violência contra as mulheres; inclusive numa agenda paralela que tivemos com uma representante dos EEUU quando lhe mostrei o folder das casas da mulher brasileira, do barco e o 180, ela ficou impressionada e indagava: como que vocês fazem? Como que vocês conseguem implementar? E tem recursos? A rainha da Suécia, que presidia a mesa, me fez essas mesmas perguntas. E quando respondemos que os recursos estão assegurados no nosso orçamento e fazem parte da implementação da política de combate e de erradicação da violência, e que os programas sociais são prioridades do governo da presidenta Dilma, eles ficam muito impressionados. Então, eles querem fazer convênios, estabelecer intercâmbios e parcerias com os nossos programas, sobretudo, os vinculadas ao combate à violência. Ficaram impressionados com a ideia do barco como algo inusitado e com os programas relacionados às mulheres do campo e da floresta. Há uma similitude muito grande do Brasil com os alguns países

377

378

379

380 381

382 383

384

385

386

387 388

389 390

391 392

393

394

395 396

397

398

399 400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

africanos com relação às demandas da mulheres rurais, sobretudo os do centro da África que querem saber quais as políticas que temos, quais as nossas iniciativas em relação à produção agrícola. Eles veem a agricultura familiar, juntamente com a água, como forma de sobrevivência das famílias. Tivemos a oportunidade de passar uma boa e verdadeira imagem do que estamos fazendo no Brasil. Um outro ponto que já foi dito pela Ministra e que quero reforçar é em relação à questão de gênero, porque nossa política é centrada, do ponto de vista da sua construção estrutural, nas questões de gênero e nas questões de raça. A questão do racismo não se coloca em nenhum momento, eu não sei, Ministra, se é porque eles já superaram a essa questão. Não se coloca também a questão dos imigrantes, mas a dos fluxos migratórios, que entram por outro viés. As questões do desemprego, da sobrecarga, do sistema da previdência, do estatuto do bem estar social, entram por outra dimensão. O México e parte da América Central não tratam da questão racial do ponto de vista da latinidade ou do ponto de vista da africanidade, o tema é tratado muito mais vinculado à questão do mercado de trabalho e da previdência social Em relação ao anterior, o documento final é bem mais acanhado". Marise Nogueira/Assessora Internacional da SPM - reforçaria um pouco mais o que já disseram a Ministra e a Secretária Executiva sobre o momento político que vive o multilateralismo em relação aos temas da mulher como uma onda conservadora, e que o Brasil ocupa uma posição de muita relevância, porque são observados os progressos no nosso país e que vão na contracorrente desse conservadorismo generalizado, do ponto de vista dos direitos das mulheres, porque não avançam. E a grande luta da delegação brasileira é para não retroceder em relação às conquistas já alcançadas, que era definitiva e claramente a intenção de um bloco de países. "A posição dos EEUU foi pragmática e estratégica, porque eles não precisavam se comprometer negativamente, uma vez que havia países para fazer esse papel em vários blocos. Mas nós tínhamos a garantia do consenso de Montevidéu, que foi um documento muito progressista em relação a desenvolvimento e em relação aos direitos das mulheres que talvez, inclusive, tenha suscitado maior temor do bloco conservador. E os documentos são de fato pouco interessantes. E, diplomaticamente, ainda assim, foi uma conquista que se pudesse ter um documento final consensado entre todas as delegações. E acrescentaria aqui que permanece essa expectativa, inclusive, das Agências das Nações Unidas, em particular do UNFPA, que é o Fundo de População das Nações Unidas, de que o Brasil possa ser um parceiro estratégico para que se consiga avançar, ou pelo menos manter a linguagem acordada dos documentos anteriores". Lucia Rincon/UBM - "quero agradecer a confiança das conselheiras em me eleger para representar o CNDM na delegação oficial. E dizer que foi uma honra para a UBM cumprir esse papel, e procurei fazê-lo da melhor forma possível. Fui na segunda semana para participar do momento das negociações, consciente da dificuldade de representar e fazer uma discussão desse porte em três dias, pois só tinha três dias de participação. Quero registrar que, nessa linha que a Secretária Lourdes falou e a Marize ressaltou, foi o teor da carta que fiz para vocês, é que nos assustou bastante. Aquilo que a Ministra falou na mesa é uma coisa, na paralela é outra coisa, porque a paralela também tem posições avançadas. Eu acho que a temática de diferentes tipos de família e dos direitos sexuais foi muito forte. E queria registrar também, achei importante a preocupação do embaixador Bruno em manter interlocução permanente com a Sonia Malheiros e conosco na discussão dos pontos em questão. Acho que isso é importante, diz respeito a uma postura, a um método que a nós, do movimento social, é muito caro. E o próprio embaixador, antes de ir para a reunião, chamava para discutir e ver os pontos que estavam em questão. Por último, é a questão do Vaticano; houve um momento em que o representante tomou a palavra e disse que não sabia a razão de tanta discussão, visto que ali não se decidia nada e ele foi sonoramente vaiado. Então eu acho que diferentes sentimentos tomam conta da gente nesse momento. Penso que é uma experiência pessoal muito importante. A experiência política da nossa atuação enquanto país foi bastante elogiada e elogiável". A ministra Eleonora – agradeceu à Lucia e, antes de passar a palavra à Jacqueline, que participou todo o tempo como representante do CNDM na CNPD, junto com Sonia Malheiros,

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452 453

454 455

456

457

458 459

460

461 462

463

464

465 466

467 468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481 482

483

484

485

reforcou e agradeceu as contribuições dadas pelos embaixadores Antônio Patriota e Guilherme Patriota e pela conselheira Érika Patriota, em perfeita consonância na condução da missão e na defesa nas negociações das posições avançadas do Brasil. Estendeu os agradecimentos também à Alexandre Ghisleni/MRE, que em muito contribuiu nas negociações que são feitas em inglês. E referiu: "aliás, o inglês, infelizmente, é excludente, não na delegação, mas n na mesa de negociação que a pessoa precisa dominar o idioma oficial, que é o inglês. Tivemos a satisfação de contar. na missão do Brasil, com uma equipe muito qualificada e atuante. Agora passo a palavra para Jacqueline que participou todos os dias, eu fiquei só dois dias. Quem ficou na negociação foram Jacqueline, Alexandre e Sonia. Jacqueline Pitanguy – queria antes dizer que estar lá fora e ser do Brasil é motivo de orgulho para mim. Estar totalmente conciliada com a sua nação, é assim que me sinto. E acho que precisamos muito disso para se criar uma identidade com o Brasil; um Brasil que tem o que dizer, não apenas em nível de oratória, mas apoiado efetivamente em alguns passos bem concretos no plano nacional. Queria pedir licença para fazer uma pequena retrospectiva, pois há companheiras aqui muito jovens que talvez não tenham acompanhado esse processo. Queria voltar em 1993, quando houve no Brasil um movimento muito forte que culminou num documento que criou parâmetros para a atuação do governo brasileiro no campo da saúde reprodutiva, da saúde sexual, dos direitos reprodutivos, dos direitos sexuais, além de uma série de outras questões ligadas à população como a imigração e o envelhecimento. Houve uma mobilização, nós nos comunicávamos por telefone, por telegrama e se criou um conjunto de organizações não governamentais, pois naquela época não havia uma entidade nacional, como o CNDM ou como a SPM. Naquele momento, trabalhamos com interlocução direta com o Itamaraty, um momento de abertura, de trânsito entre a sociedade civil e o Itamaraty, para a preparação da participação do Brasil na Conferência de Cairo. A delegação incluiu várias pessoas da sociedade civil, aqui faço uma homenagem, porque a história tem nomes, Elza Berquó, uma demógrafa de São Paulo, e eu tive a honra de trabalhar ao lado dela, na delegação. Antes disso, durante um ano, entre 1993 e 1994, foram criadas coligações internacionais e trabalhamos no processo preparatório para a Conferência de Cairo. Por que é importante esse relato? Porque foi aí que, pela primeira vez, as palavras gênero, direitos reprodutivos e saúde sexual, entraram em um documento das Nações Unidas. O documento foi discutido durante um ano no que foi chamado nas Nações Unidas de reuniões preparatórias. E, ao chegar ao Cairo, a delegação enfrentou um ambiente hostil, um pouco como a Ministra já relatou, por parte de uma sagrada aliança entre o Vaticano e os países Islâmicos, que se configurou ali muito claramente, um silêncio não tão hostil, mas um silêncio muito acanhado de países africanos, um bloco absolutamente dividido do GRULAC, dos países da América Latina e Caribe, inclusive, naquela ocasião a Argentina se colocava ao lado do Vaticano. Então se desbaratou a ideia do funcionamento em blocos, a não ser pela questão do desenvolvimento e do direito ao desenvolvimento que, aí sim, se via claramente que havia separações entre os Estados Unidos, o Bloco Europeu e os países não desenvolvidos. Então, esse ambiente do Cairo permitiu que houvesse um formidável debate, não só da delegação do Brasil, mas de outras delegações trabalhando em conjunto com o movimento de mulheres, que também se organizou internacionalmente. As mulheres foram, de fato, as principais protagonistas da Conferência do Cairo. Quem não conhece o documento, ele está em português, recomendo sua leitura. É um documento que precisamos conhecer bem e saber de sua influência no Brasil. No Brasil temos a Lei do Planejamento Familiar respaldada no documento do Cairo, um avanço, mas muito tímido ainda hoje em relação ao abortamento legal. O parágrafo oito do ponto 25 do documento coloca claramente que os governos devem atender ao abortamento em todas as circunstâncias e oferecer condições seguras nos casos em que é legal. O documento do Cairo também avança dizendo que existem diferentes formas de família. Ele também avança porque dá as bases do que seriam os direitos sexuais, apesar de a palavra "direitos" não ter entrado. Tive uma vivência pessoal, junto com Elza Berquó, em que viramos dia e noite

487

488

489

490 491

492

493 494

495

496

497

498

499

500

501 502

503

504

505

506

507 508

509 510

511

512

513 514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530 531

532

533 534

535

536

537538

539

540

trabalhando no documento, porque às vezes quando a coisa fica muito complicada a coordenação da reunião chama o que eles denominam "grupo de amigos" para trabalhar em um parágrafo, e nós trabalhamos exatamente no parágrafo oito do ponto 25, que é o parágrafo do aborto. Depois de virarmos dia e noite, as delegações do Irã, Paquistão, Estados Unidos, União Europeia, Argentina, tinha ai uma aliança com o Brasil). O representante do Irã nos fez trabalhar todo o plano de ação do Cairo para contar quantas vezes aparecia a palavra reprodutivo e a palavra sexual. Bom, então quero dizer que o documento é fruto de uma luta nossa e que o grande temor é que o plano de ação do Cairo não sofra retrocesso. O Brasil participou novamente com muito brilho. Na reunião regional, organizada no Uruguai, que deu origem ao documento chamado Consenso de Montevidéu, a ministra esteve presente na mesa todo o tempo. O documento também está disponível em português, um belíssimo documento, utópico talvez num certo sentido. As reuniões regionais foram se fazendo em outras partes do mundo e aí se chegou a uma reunião em abril em Nova lorque chamada Comissão de População em Desenvolvimento da ONU/CPD, que acompanha os desdobramentos das várias conferências de população. Bom, só dei um pouquinho dessa história para chegar ao que encontramos na ONU. Na pessoa de Alexandre, quero reconhecer a excelência do trabalho do Itamaraty e, como a Ministra já colocou, de toda a missão brasileira. E de todas as pessoas da sociedade civil que integraram a delegação. O espaço de negociação é até fisicamente restringido. Tem uma ou duas cadeiras atrás do negociador principal que é sempre um embaixador ou ministro e o chefe da delegação. Eu venho sempre trabalhando nos bastidores, e trabalhei bastante. Saí muito triste da reunião, ela me trouxe um sentimento profundo de tristeza, tendo acompanhado a Conferência de Cairo e saído com uma sensação de vitória por todas as razões já colocadas. Hoje o mundo é hostil com relação aos direitos das mulheres; se retrai com relação à sexualidade, à reprodução e à autonomia. E foi lamentável, por exemplo, ouvir a delegada do Egito perguntando: o que é isso de direito sexual? Do ponto de vista dos direitos sexuais, mais de 80% das mulheres no Cairo são genitalmente mutiladas, então não venha me falar que ela não saiba o que é direito sexual. Para vocês terem ideia, a delegação dos Camarões falava pela África e é um país que está guase dando abrigo ao grupo de extremistas que raptou as vinte meninas. Tudo isso está acontecendo na fronteira dos Camarões e Nigéria. Então tem uma zona de avanço do islamismo extremista no norte da Nigéria. O Egito fala pelos países árabes. Camarões fala pelos países africanos, com exceção da África do Sul. Há que se fazer um reconhecimento à África do Sul, que teve uma posição totalmente dissidente. A Rússia tem agora uma sagrada aliança com a igreja. O Putin tem uma sagrada aliança com a igreja russa ortodoxa. Então, não se espera mais o que aconteceu no Cairo, posições avançadas. Estão terminando o documento em inglês, mas vai sair em espanhol. É um documento absolutamente inócuo, nem a linguagem acordada na Conferência de Cairo, que é parte da ONU, foi aceita. O conceito de família na sua diversidade, a delegação do Brasil via o embaixador Patriota colocou claramente, mas não passou como conceito de família em suas diversas formas; direitos sexuais e direitos reprodutivos também não passaram. Enfim, eu acho que estamos vivendo um momento muito complexo no âmbito internacional, mas vamos ver o que vai acontecer em setembro, quando ocorrerá uma reunião na secretaria geral da ONU. Ministra Eleonora agradeceu à Jacqueline e disse: "só quero reafirmar que há uma posição do Brasil, da Presidenta Dilma, que todas as delegações incluam a sociedade civil em toda a sua diversidade e também o parlamento que não tem faltado". Claro que não se pode levar todos os movimentos porque há também limite de recursos. A reunião que Jacqueline acaba de descrever apontando o avanço do conservadorismo, isso não é de hoje, pois desde que estou ministra tenho percebido esse crescimento. Para o mundo não houve retrocesso, então cabe a nós uma tarefa pedagógica muito importante, a de explicar o que significa não retroceder. Enfim. temos um longo caminho ainda a perseguir, mas quero agradecer a todas e todos que compuseram as delegações. Em setembro a reunião será muito burocrática e contará com a presença de Chefes de Estado, mas no segundo semestre grande parte dos países

542

543

544

545

546

547 548

549

550

551

552 553

554

555

556

557

558

559

560 561

562 563

564 565

566

567

568

569 570

571

572

573 574

575

576

577 578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592 593

594

595

estará passando por eleições, provavelmente os Chefes de Estado que estarão nem processo de reeleição, não irão". Sobre a Casa da Mulher Brasileira informou que na noite anterior assinou os termos de autorização para iniciar as obras em Brasília e Campo Grande e que no primeiro semestre ou início do segundo teremos alguma Casa pronta e várias obras em andamento. Em seguida passou o calendário dos editais referentes às construções e/ou reformas das casas nas outras cidades. E prosseguiu nos informes, sobre o Centro de Fronteiras Especializados, dizendo que "nós temos, como vocês iá sabem, três centros nas áreas das fronteiras secas, onde não há rio e nem mar. Para esses centros, faremos reforma ou construiremos mais sete, duas na fronteira com o Uruguai, duas com a Bolívia, uma com a Guiana Francesa que fica em Tabatinga, no Amazonas. E sobre os barcos, já estamos na quarta viagem na Ilha do Marajó, e a Raimundinha tem ido, junto com a secretária e a delegada do Estado do Pará. No barco da Caixa Econômica vai um juiz especializado que tem feito a articulação, nessa viagem nós não fomos. Estamos preparando uma proposta que tem uma parceria já firmada com o MDS, com o Ministério da Saúde, para utilizarmos as lanchas da assistência social que faz o trabalho na Ilha do Marajó, porque há lugares nos quais o barco da Caixa não entra, a não ser com as lanchas utilizadas pelos agentes comunitários de saúde, do Ministério da Saúde. A ideia é que eles sejam os nossos porta vozes. Eles serão capacitados para também atenderem as mulheres, e, independente disso, estamos articulando junto à secretaria de mulheres e à delegacia do Pará para que possamos continuar esse trabalho. Nas quatro viagens que Raimundinha fez, já mudou um pouco a visão do que é violência contra as mulheres naquela região do arquipélago do Marajó. E sobre os ônibus: tem estados que estão mais avançados que outros. E tem estados em que eles ainda não começaram a circular. Na cidade de São Paulo, tem o trabalho feito, em M' Boi Mirim que contou com a presenca da Secretaria da Mulher Denise de Motta Dau. E foi uma decisão acertada a de doar um ônibus ao Município de São Paulo e outro ao Município de Curitiba, onde as regiões metropolitanas têm áreas rurais muito significativas. Temos uma emenda parlamentar da Deputada Jandira Feghali e já estamos abrindo uma licitação para adquirir um ônibus para circular em Petrópolis/RJ. Sobre os ônibus, é preciso realmente se dar o crédito à Marcha das Margaridas. Outro informe que quero trazer é sobre a reunião da Presidenta Dilma com as mulheres, só podiam ir 25 pessoas, fiz os convites a partir das representações do Conselho. Procurei não deixar nenhuma representação da sociedade civil de fora. E, pessoalmente, convidei outras que considerei importante incluir, como a OAB Mulher, pois havia tido uma reunião com elas e fiquei muito impressionada com as demandas e questões que apresentaram, então achei que era uma força nova de mulheres, uma nova voz que precisaria estar na reunião. Segundo a Presidenta, foi uma das melhores reuniões que ela teve. Ela ouviu muito e também falou. Emocionou-se muito com a fala da Justina e da Durica (ela guarda esses dois nomes até hoje). E, também com a fala de Betânia. Ela pediu que eu trouxesse ao Conselho o seu agradecimento por terem ido à reunião. E disse: se não houvesse copa e se ela não fosse entrar no processo eleitoral, chamaria uma outra reunião com as mulheres. Sinto que a partir dessa reunião reforçou nela e no governo em geral a questão de gênero e a questão das mulheres. E quem participou testemunhou como ela está obcecada com o racismo. Ela se colocou firme nas campanhas e tem falado insistentemente na Copa. Pediu para eu representá-la na abertura da exposição coordenada por Schuma. Sobre a Copa tenho pouco a dizer, porque na última reunião já disse o essencial. Gostaria que vocês lessem os artigos que estamos postando no nosso site sobre a Copa. E o que deixa para as mulheres no que se refere a investimentos na educação, saúde, mobilidade urbana, aeroportos e nos estádios. Reproduzo aqui uma fala que a Presidenta fez no lancamento do trabalho decente: ninquém que virá ao Brasil levará na mala nem os aeroportos, nem os ônibus, nem uma BRT, nem uma estrada, tudo ficará aqui. Aí vem a pergunta: por que tudo isso não foi feito sem a Copa? Bem, a oportunidade do investimento saiu agora. Nós, por meio da Secretaria de Autonomia Econômica, sob a coordenação de Beatriz, somos parceira direta do Ministério dos Esportes e do Ministério das Relações Exteriores para atender às demandas, inclusive,

597 598

599

600

601

602

603 604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615 616

617

618

619

620

621

622

623 624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642 643

644

645

646

647

648

649

650

das autoridades internacionais que visitarão o Brasil na abertura do copa. Vejam nas suas pastas um boletim condensando os artigos sobre a copa que publicamos" (anexo nº 05). Beatriz Gregory/SAE - "nós providenciamos 19 mil cartas (em português e inglês - Anexo nº 06) para os/as voluntários/as distribuírem durante a Copa. O Ministério dos Esportes já está distribuindo em todas as capacitações que a UnB está realizando em todas as cidades-sedes da Copa. São mensagens simples com o sentido de chamar atenção dos/as voluntários/as sobre a importância de contribuírem com a Campanha pelos direitos das mulheres, para que seus direitos humanos não sejam violados durante o período da copa. Oportunidade em que faremos uma ampla divulgação do Ligue 180 contra a exploração sexual". Lourdes Bandeira – "queria registrar a presença da SPM no grupo de trabalho sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável, coordenado pelos Ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Social e a SPM. A nossa atuação tem sido importante e significativa porque propomos a inclusão da transversalidade de gênero em toda discussão, não só que se crie grupo especifico de gênero, mas que gênero seja transversalizado em todos os eixos. Já tivemos duas participações e temos observado que há uma receptividade bastante significativa, e temos tido o apoio na incorporação da nossa proposta da Secretaria de Combate ao Racismo/SEPPIR e do Ministério da Saúde, os quais têm participação assídua e de outros ministérios que participam mais esparsamente. É interessante observar que do ponto de vista das instituições que fazem parte do grupo, como a representação do IPEA, ela também é muito favorável à nossa proposta de inclusão dos objetivos de gênero no desenvolvimento sustentável e, indiretamente outras instituições como o IBGE". Ao final passou a palavra Marise Nogueira/Assessora Internacional da SPM que informou que a sessão da CSW deste ano avaliou os resultados de cada país no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O Brasil apresentou os excelentes resultados obtidos na maioria dos objetivos. Infelizmente, uma das poucas áreas pendentes é a redução da Mortalidade Materna. "Como disse a Secretária Executiva nos comentários gerais sobre a CSW, diante do interesse dos países pelas nossas políticas sociais, reforçamos primeiramente esse aspecto positivo, para em seguida comentar que o Brasil ainda não cumpriu esse objetivo, apesar do intenso esforço pela redução da morte materna que já caiu mais de 50%, como lembrado pela Ministra. Essa coragem de reconhecer as nossas insuficiências tem fortalecido a imagem do Brasil, com reflexo na construção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. Só para recordar, a agenda dos ODM era para alcançar os objetivos até 2015. A partir de agora se constrói uma nova agenda, desta vez com o compromisso dos governos dos países, para continuar discutindo alguns temas. Ainda não está definido como o tema de gênero será incluído nessa agenda. Inicialmente foi proposto colocar gênero dentro de um pacote, digamos assim, de temas de promoção da igualdade. O Brasil, junto com um grupo de países, defende que haja um objetivo específico de gênero que, entre outros temas, inclua, de forma enfática, o combate à violência contra as mulheres, que ficou faltando nos ODM. Além do objetivo específico, defende a inclusão da transversalidade de gênero em todos os demais objetivos que se defina. Essa agenda vem sendo construída em todos os foros de que o Brasil participa: a CPLP, que são os países de língua portuguesa; os BRICS, que são Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e os países da nossa Região - América do Sul e América Latina. Essa posição foi defendida na CSW e na CPD". Rachel Moreno/RMM – "Tenho algumas perguntas a fazer: quando os países islâmicos discutem a questão da família, que família eles defendem? A família nuclear monogâmica ou outro modelo? A segunda questão diz respeito à Casa da Mulher Brasileira, como trabalhei há algum tempo numa casa abrigo, sei que as mulheres vítimas de violência acabam ficando algum tempo em casas distantes do seu local de origem e quando são desabrigadas e as condições de sustentação acabam, existe a possibilidade de voltarem para perto da família, portanto perto do agressor. Minha questão, daria para sugerir às gestoras da Casa que houvesse um espaço de discussão da participação da rede de apoio e sustentação das mulheres vítimas de violência, por parte do movimento social. Porque elas precisam ser ancoradas, de alguma maneira, no novo local onde forem

652

653

654

655 656

657

658 659

660

661

662 663

664

665

666 667

668

669

670

671

672 673

674 675

676

677

678

679 680

681

682

683

684

685

686

687 688

689 690

691

692

693

694

695

696

697 698

699

700

701

702

703

704

705

morar. Ministra Eleonora - "no período da tarde, a Secretária Aparecida apresentará todos os serviços que a Casa disponibilizará às mulheres. A respeito de sua indagação não só é possível, pois já está previsto. Haverá inclusive um teatro que servirá de espaço para grupos de discussão, de sensibilização e de capacitação para aquilo que for necessário. Jacqueline Pitanguy - Rachel, não sou perita nas leis islâmicas, mas, constitucionalmente, em vários países islâmicos, existe a monogamia, ou seja, as famílias são nucleares. Há a Xária que não é necessariamente uma lei, mas um código civil que em algumas interpretações, permite a família não monogâmica e atualmente se sabe do avanço da Xária em legislações civis. E como a Xária vai legislar sobretudo sobre o comportamento da mulher e vai reafirmar a subordinação dela ao homem, por isso que todas as temáticas ligadas à autonomia das mulheres são cruciais para os países, entende? Então, não importa se a família será monogâmica ou não; o fundamental é que impere a figura do homem como a de poder na sociedade conjugal. E com relação ao homossexualismo o que estamos vendo agora são países condenando os homossexuais à morte. Em Uganda, na Nigéria no norte vem recrudescendo um movimento violento com relação ao homossexualismo. Com exceção dos países do Golfo Pérsico em que se tem menos monogamia como prática, do que o Egito e o Irã, países basicamente mais monogâmicos. Em seguida, a Ministra Eleonora introduziu o ponto de pauta referente à atualização da composição das Câmaras Técnicas (anexo 07), mas, antes, solicitou à coordenadora do CNDM que esclarecesse a respeito. Rosa de Lourdes iniciou explicando que Câmara Técnica é diferente do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, este é uma instância da SPM, enquanto a Câmara Técnica é uma iniciativa regimental do CNDM e se constitui em um espaço político das conselheiras (governamentais e da sociedade civil) para tratar de temas e/ou, assuntos específicos. São quatro CTs permanentes (de Legislação e Normas: de Assuntos Internacionais: de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento). É composto por quatro conselheiras da sociedade civil e três governamentais, preferencialmente titulares. "Nossa sugestão é que as representações governamentais continuem, salvo se alguém quiser sair ou mudar de Câmara". Nesse momento a ministra Eleonora precisou se ausentar e passou a coordenação para a Secretária Executiva Lourdes Bandeira, mas antes informou que na reunião anterior foi solicitado a criação de mais uma CT para monitorar o Observatório da SPM, "mas, como no regimento a indicação são quatro permanentes, decidimos que fosse criada uma especial, provisória e temporária, composta por quatro conselheiras (duas da sociedade civil e duas governamentais). Ela dará prosseguimento a este assunto". Lourdes Bandeira iniciou esclarecendo sobre o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Trata-se de uma unidade da SPM criado em 2009 e está vinculado à Secretaria Executiva. É composto por quatro pessoas: Renata Preturlan, Felipe Hagne, Ana Julieta e um estagiário. A CT Especial, que tem caráter provisório, será composta por quatro integrantes do CNDM (titulares e suplentes, respectivamente), para acompanhar as atividades do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. O RASEAM, para as conselheiras novas, é um relatório socioeconômico da condição da mulher, elaborado anualmente com dados do IBGE, do PNAD e do Censo. É de reponsabilidade da SPM, que atende a uma Lei de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina. Os dados são os mais atuais possíveis, com informações técnicas fornecidas por vários ministérios sobre a condição das mulheres. A cada ano, no mês de setembro, o relatório é atualizado. Então, a cada ano, temos um relatório sistematizado com informações completas sobre as condições das mulheres e, modéstia à parte, muito bem elaborado pela equipe. Ele se organiza em seis eixos: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação para a igualdade e cidadania; saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; mulheres em espaços de poder e decisão; comunicação, cultura e esporte. O mencionado observatório foi criado a partir de uma demanda da Conferência Regional da América Latina, realizada em 2007 no Equador. Ele informa sobre a situação da mulheres brasileiras no observatório da CEPAL. Tem como missão institucional contribuir para a promoção da igualdade de gênero e para a garantia da autonomia dos

707

708

709 710

711

712

713

714 715

716 717

718

719

720 721

722

723

724

725

726 727

728

729 730

731

732

733 734

735

736

737

738 739

740

741 742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

direitos das mulheres no Brasil, considerando as múltiplas formas de desigualdades e as mulheres em sua diversidade. Ele atua no sentido de fortalecer e estimular a participação social, subsidiar a formulação e implementação, monitorar e avaliar as políticas públicas, além de visibilizar as ações desenvolvidas pelo estado brasileiro. Portanto, sua missão institucional volta-se para a prática de monitoramento dos indicadores de gênero, para a promoção e garantia dos direitos das mulheres e para a produção e disseminação dos dados estatísticos sobre a realidade das mulheres e tem como finalidade contribuir no diálogo entre governo e movimentos sociais, particularmente das mulheres na perspectiva do controle e participação social. A equipe técnica do observatório deverá apresentar o relatório no começo de cada ano à CT Especial para sua validação. A cada reunião do CNDM a equipe técnica do observatório se reunirá com as integrantes da CT-E para informar e dar andamento sobre as atividades desenvolvidas, resultados alcançados e ajustes feitos do planejamento previamente apresentado. E a CT-E deverá validar o andamento das atividades apresentadas. A CT-E tem como finalidade acompanhar as atividades desenvolvidas pela equipe do observatório, não se trata do PNPM. (anexo nº 08)". Rosa de Lourdes/ Coordenadora-Geral do CNDM lembrou que ficou faltando apenas uma conselheira governamental para compor a CT-E, as duas da sociedade civil ficaram Rachel Moreno/RMM e Lays Goncalves/UNE. E que para as CTs que ainda tiverem vagas ficou de consultar as conselheiras ausentes, uma vez que as presentes já se colocaram. Lourdes Bandeira - "duas informações complementares, Leila é assessora da Secretaria Executiva, juntamente com Camila, que ontem esteve presente. Elas duas acompanharão as reuniões do CNDM e se responsabilizarão pela elaboração da ata da próxima reunião. O outro informe, as reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, acontecem quatro vezes ao ano. Então, quem o integrar é fundamental ter acesso ao calendário das datas para agendamento; com raras exceções as datas são alteradas. A próxima reunião ocorrerá em 06/06. Ana Julieta/Observatório da SPM agradeceu às conselheiras que se candidataram para integrar a CT-E do Observatório e reiterou as informações já passadas pela Secretária Lourdes a respeito da elaboração do RASEAM, informando que, provavelmente ocorrerá uma reunião da CT-E no início de junho. Sobre a representação do CNDM no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM quatro conselheiras se candidataram para a titularidade, como nenhuma das quais abriram mão das vagas, a decisão se deu por votação. E assim se definiu: Schuma/AMB, Silvana Veríssimo/FNMN e Lúcia Rincon/UBM ficaram como titulares e Sheila/RNFS como primeira suplente, restando duas vagas. A Ministra Eleonora reassumiu a coordenação e prontamente informou da necessidade de escolha das presidentas das CTs, uma vez que é o Pleno quem decide. Após uma breve discussão definiu-se que Schuma continuaria na presidência da CT de Monitoramento do PNPM; Maria das Dores/AMNB da CT de Orçamento e Planejamento; que Maria de Lourdes/MMM da CT de Assuntos Internacionais e Rosane da Silva/CUT da CT de Legislação e Normas. Retomando a reunião no período da tarde, a ministra Eleonora comunicou que, após os informes da Secretária Executiva, das Secretárias da SAIAT, SAE e SEV e da Assessora Especial Raimunda de Mascena, seria passado o vídeo da Campanha Eu Ligo 180, uma vez que a maioria das conselheiras não poderia participar do seu lancamento. Agradeceu a Linda e Rosa de Lourdes por terem sido decisivas na concretização do envio dos informes às conselheiras, conforme compromisso assumido e, passou a palavra para Lourdes Bandeira, informes constantes no anexo nº 09; na sequência Vera Soares/SAIAT (anexo nº 10); Tatau Godinho/SAE (anexo nº 11); Aparecida Gonçalves/SEV (anexo nº 12) e Raimunda de Mascena/Assessora Especial (anexo nº 13). Após os informes, o vídeo da Campanha Eu Ligo 180 foi passado, mobilizando e emocionando as conselheiras. Ao seu término, a ministra Eleonora passou a palavra às conselheiras que quisessem comentar sobre os informes dados pelas secretarias e a assessora. Maria das Dores de Almeida/AMNB parabenizou o trabalho da Secretária Aparecida e da sua equipe, principalmente pelo relatório 180, um trabalho pedagógico que possibilita uma visão desse atendimento no Brasil, principalmente mostrando a realidade dos municípios, aonde a política não chega, mas o Disque 180 está

762

763

764

765 766

767 768

769

770

771 772

773

774

775

776

777 778

779

780 781

782

783

784 785

786

787

788 789

790

791

792

793 794

795

796

797 798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809 810

811 812

813

814

815

presente. Indagou da possibilidade dos relatórios anuais mostrarem a dimensão das questões de gênero, raça e etnia por região. Em seguida informou sobre o Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/CONATRAP, onde representa o CNDM e que tem como suplente a ex conselheira Maria das Graças/MAMA. Disse já ter comunicado de sua impossibilidade de participar da reunião do CONATRAP do dia 28/05, devido a sua participação no Fórum Social Pan Amazônico que acontecerá em Macapá e se comprometeu a socializar na lista a programação. Quanto às atas das reuniões tem postado na lista das conselheiras. Informou que na primeira reunião realizou-se um planejamento geral para um período de dois anos do CONATRAP. E também que na formação dos grupos integrou-se ao GT Copa e na Comissão Permanente de Orçamento e Monitoramento que acontece paralela às reuniões ordinárias. Queria saber como é que fica a substituição de Graça, se a Maria Antônia Salgado não deveria assumir este espaço? Como não surgiu outra sugestão, a ministra Eleonora consultou Maria Antônia se gostaria de assumir essa suplência, a resposta foi afirmativa. Sheila Sabag/RNFS também parabenizou a Secretaria Aparecida pelo seu empenho nas acões referentes ao Programa "Mulher Viver sem Violência" e disse que a Campanha está muito bonita. E comentou: "o Estado de Santa Catarina tem maiores dificuldades, pois temos 286 km de fronteira seca e não foi contemplado no eixo quatro referente a Centros de Atendimentos nas Regiões Fronteiras. Queria saber se houve algum impeditivo para que ficasse de fora". Jeanete Mazzieiro/FMM admirou-se com o crescimento da SPM e com suas ações positivas desde guando integrou-se ao CNDM e guando assessorou a ex ministra Emília Fernandes. Parabenizou a ministra e as secretárias pela constituição das secretarias e comentou: "faço parte da Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em BH, e integro o Conselho Estadual de MG, por isso a minha volta a este Conselho, o que aproximará mais as mulheres de Minas Gerais". Teresa Sacchet/titular-MDS - pediu a palavra para se despedir das conselheiras, pois será transferida para trabalhar em um projeto na Universidade de Berckley no Departamento de Gênero e Estudos de Mulher. Maria Aparecida Schumaher/AMB - reiterou a importância de as conselheiras receberem os informes das secretarias antes das reuniões e também acha importante que em cada relato haja tempo para comentários, como vem sendo feito para que as conselheiras incorporem as iniciativas da SPM e aiudem na sua divulgação. Informou que do dia 04/06 até final de julho haverá a exposição "Mulheres em Campo Driblando Preconceitos", no Museu da República, interna e externamente, um evento que acontecerá paralelo à Copa, no país do futebol, onde as mulheres sofrem muita discriminação no futebol feminino. A Exposição será em inglês e português, por causa dos visitantes no Rio de Janeiro. Contará com seminários e debates e tem a SPM como parceira. Outro informe muito importante, a AMB tomou a iniciativa para entregar uma moção de repúdio à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados contra Jair Bolsonaro, que deverá ser apresentada por uma Deputada. Solicitei às companheiras da AMB para não enviá-la sem antes consultar outras companheiras da sociedade civil e outras organizações que concordem em assiná-la. Fez a leitura da moção (Anexo nº 14) e após uma livre discussão foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Ministra Eleonora agradeceu pela iniciativa o gesto de solidariedade. Sonia Zerino/CNTI - parabenizou a SPM pelas ações desenvolvidas e, destacou a SAE pela participação em uma das mesas no evento coordenado pela CNTI, onde discorreu sobre o tema da autonomia das mulheres. O evento reuniu mulheres trabalhadoras de várias categorias profissionais e de centrais sindicais de vários estados. Sobre o PL nº 6653 que trata da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, foi discutido e avaliado o empenho das trabalhadoras em prol de sua aprovação e criado um fórum de mulheres trabalhadoras das centrais sindicais para incidir no Congresso a fim de que fosse colocado em pauta. Apelou para que a ministra visse o empenho dessas mulheres na luta por melhor qualidade de vida das mulheres brasileiras com relação ao PL nº 6653 e, também na luta com relação à violência no mundo do trabalho, em que mulheres são acometidas de assédio moral e sexual. Finalizou dizendo que as pesquisas apontam que muitas das faltas das mulheres ao trabalho nas 2º feira, se dão em

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831 832

833

834

835 836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854 855

856 857

858

859

860

861

862

863 864

865 866

867

868

869

870

decorrência de violências sofridas nos finais da semana. Ministra Eleonora - "Sônia, quero lhe dizer que essa questão do PL é uma determinação da Presidenta Dilma reiterada no evento do Trabalho Decente". Ivânia Teles/CTB - também parabenizou a SPM dizendo:" é o ministério que tem o menor orçamento, mas grandes políticas, pois no Brasil você encontra em qualquer lugar política para as mulheres e exemplificou: fui Secretária Adjunta do Governo do Estado em Sergipe e passamos pela experiência de transformar "pouco em mais" ou seja, fazer com que as políticas públicas chegassem às mulheres que delas precisavam. Nesse caso, precisávamos ampliar os recursos para dar melhores condições às mulheres, assim com a SPM vem fazendo. Gostaria de dizer, em nome da CTB, que acreditamos que o mundo só será transformado com a participação e organização das mulheres. Nós somos sindicalistas emancipacionistas, não acreditamos em fazer o debate no movimento sindical sem discutir o combate radical ao machismo e todas as mazelas por eles praticados. Por isso é que lancamos em todos os estados a Campanha "Mais Mulheres na Política", estimulando as mulheres à ingressarem nos partidos políticos, e se candidatarem para completar os 30% exigido por lei. E já iniciamos um trabalho, em parceria com Prefeitura de São Paulo, para combater à violência contra as mulheres no transporte público. E a edição de uma Cartilha que lancaremos visando o combate ao assédio moral e sexual no trabalho e daremos crédito à SPM, através das citações fazemos de suas publicações. Maria Antônia Salgado/MAMA - também parabenizou a SPM dizendo que os movimentos sociais têm orgulho de ver todo o esforço da SPM. Alegou que sente falta de visibilidade das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal e o bem que têm feito para a sociedade brasileira. Disse que se faz necessário divulgar mais o que o governo vem fazendo. Finalizou alegando que essas políticas devem se tornar em políticas de Estado. Thereza de Lamare/MS – Deu boas vindas às novas conselheiras e fez um convite para participarem do evento que tratará do parto e do nascimento, em comemoração ao Dia do Enfrentamento à Morte Materna (28/maio). O evento acontecerá no Auditório do Emílio Ribas, em São Paulo. Uma obstetra de Recife, Dra. Milane, falará sobre a importância do parto natural. Lucia Rincon/UBM falou sobre seu encantamento em relação à SPM ocupar espaço e dando resposta às mulheres exploradas e oprimidas. Adensou a fala da conselheira Antônia dizendo que estava preocupada com o monitoramento, disse que é necessário dar mais visibilidade, que tem que sair só da internet, e cabe às conselheiras divulgar para suas entidades para que possam ultrapassar as barreiras e cheguem a todos os Estados. Parabenizou a ministra e sua equipe pelas ações feitas na SPM. Finalizou solicitando apoio à Deputada Alice Portugal que, foi violentamente verbalmente agredida por um funcionário da Câmara. Ele foi para cima dela, porque ela protestou contra o encerramento antecipado da sessão que acontecia; foi preciso segurá-lo. A UBM fez uma nota rápida, está no site e pediu para que o CNDM se posicionasse apoiando a Deputada. Cristiane Kondo/Parto do Princípio – Parabenizou a SPM por tomar a frente da execução das casas da mulher, citou sobre o estado do Espirito Santo, onde ela mora que devolve recursos que deviam ser destinados a capacitações profissionais e outras series de políticas que poderiam ser implementadas para mulheres. Indagou se ainda estava em vigor o convite feito pela Conselheira Esther/MS, na 14ª Reunião do CNDM, para integrantes do CNDM participarem do Comitê Rede Cegonha. Em seguida informou sobre a moção do caso da Adelir Carmo Lemos de Goes, de Rio Grande do Sul que, no dia 01/04 foi submetida a uma cesárea indesejada e levada por força policial. Tinha conhecimento de que a SPM, a SDH e o Ministério da Saúde já emitiram uma nota, mas queria saber do posicionamento do CNDM, por se tratar de grave violência, uma explícita violência institucional, a que, infelizmente, na atenção obstétrica muitas mulheres são submetidas. Fez a leitura de uma proposta de nota de repúdio. A Ministra Eleonora considerou a nota confusa, por remeter em um dos parágrafos, ao atendimento mais amplo de saúde, não focando no caso em si. Sugeriu então a retirada do parágrafo, e que a nota focasse exclusivamente na violência a que foi submetida que seja curta e direta. Cristiane Kondo acatou a sugestão de melhorar o parágrafo. A Ministra Eleonora propôs que a nota fosse refeita por uma comissão representada pelas Conselheiras Thereza/MS;

872

873

874

875 876

877 878

879

880 881

882 883

884

885

886 887

888

889

890

891

892 893

894

895

896

897

898 899

900

901

902

903

904

905

906

907 908

909 910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922 923

924

925

Daniele Fontes/Casa Civil, Cristina Kondo/Parto do Princípio, e pela Coordenadora da Saúde da SPM, Rurany Ester Silva, havendo concordância do Pleno. Dando sequência à reunião a Ministra Eleonora passou para a definição da eleição da vaga de conselheira de notório conhecimento nas questões de gênero. Lucia Rincon/UBM informou que falou com Mary Castro sobre sua indicação para concorrer a essa vaga; ela agradeceu a indicação do seu nome e disse que se encontrava indisponível, razão pela qual retirou a indicação feita. Justina Cima/MMC – indicou Rosângela Piovesan Cordeiro, por acreditar que a sua contribuição será muito grande para o CNDM, no sentido do fortalecimento da luta feminista e da construção de um projeto de sociedade, e, também nos debates do feminismo para as mulheres do campo. Informou que Rosângela tem uma atuação bastante importante em Roraima e na Região Norte do país, junto às camponesas, ribeirinhas e indígenas. Ela também tem contribuído nos movimentos de mulheres e mistos. Acredita que o CNDM ter na sua composição uma conselheira com notório conhecimento nas questões de gênero vinda do campo e com larga experiência de organização junto às trabalhadoras rurais, desmistificaria o tratamento que é dado de inferioridade, inclusive para as dirigentes camponesas. Maria das Dores de Almeida/AMNB - para garantir a defesa racial, indicou uma integrante de sua organização, a Profa Dra. em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará/UFP. Zélia Amador de Deus, militante há mais de 35 anos, descendente de quilombola, do Estado do Pará. Sócia fundadora do Centro de Estudo de Defesa do Negro do Pará, Desde 1978 é professora. Foi vice-reitora da UFP. Implementou no MDA o Programa de Ação Afirmativa. É ex-presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/ABPN. E é Fundadora da Rede Fulanas da Região Norte, é atriz e diretora de teatro. Rachel Moreno/RMM - reiterou a indicação de Matilde Ribeiro, alegando gostar das indicações feitas, mas sua percepção é de que se trata de candidatas conhecidas localmente. Acha, portanto, importante que seja indicada uma pessoa com contribuição no nível nacional. Informou que Matilde Ribeiro foi militante do movimento de mulheres, discutiu sobre questões de gênero, étnico racial. Foi diretora do Centro de Formação da Defesa do Negro, trabalhou na SEPPIR com a questão dos quilombos, dos indígenas. Quando Ministra da SEPPIR teve proximidade do governo com o movimento social, no sentido de fortalecimento das suas demandas. Atualmente dedica-se à vida acadêmica. portanto produzindo conhecimentos. Portanto uma ótima candidata e com um rico conhecimento para ocupar o assento no CNDM. Após a indicação das três candidatas a Ministra Eleonora comentou: "conheço pessoalmente as três candidatas, mas como Presidenta do CNDM não voto, apenas desempato. Cada conselheira recebeu uma folha em branco para votar, cujo resultado da votação foi: 11 votos Matilde; 05 para Zélia; 05 para Rosangela e uma abstenção. Ao final, a Ministra solicitou à Rachel para confirmar se Matilde aceita a indicação e que ela teria que se pronunciar ainda naquele dia. Agradeceu a presença e as contribuições das/o conselheiras/o e deu por encerrada a reunião, lembrando que a próxima ocorreria nos dias 19 e 20 de agosto. Ata elaborada por Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos - Coordenadora-Geral do

927

928

929

930 931

932 933

934

935

936

937 938

939

940

941

942

943

944

945

946

947 948

949 950

951

952

953

954 955

956

957

958 959

960 961

962 963

964 965

966

967

968 CNDM.